



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - TORTURA E MAUS-TRATOS		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0940/02	DATA: 26/11/02
INÍCIO: 16h03min	TÉRMINO: 16h18min	DURAÇÃO: 00h15min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 00:15min	PÁGINAS: 6	QUARTOS: 3
REVISÃO: Gilberto		
CONCATENAÇÃO: Graça		

DEPOENTE/CONVIDADO – QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Apreciação de matérias constantes da pauta.

OBSERVAÇÕES
Há palavra ininteligível.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Elcione Barbalho) – Declaro aberta, no dia 26 de novembro de 2002, no Plenário 6 da Câmara dos Deputados, a reunião ordinária da CPI da Tortura. Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 4ª reunião. Tendo em vista a distribuição de cópias da ata da sessão anterior a todos os membros presentes, indago sobre a necessidade de sua leitura.

O SR. DEPUTADO HELENILDO RIBEIRO – Sra. Presidente, em virtude da distribuição das cópias da ata anterior, solicito que seja dispensada a leitura.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Elcione Barbalho) – Dispensada a leitura da ata, a pedido do Deputado Helenildo. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, passamos a votação. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Aprovada. Item 3 - Ordem do Dia. Item 1 - Apreciação de requerimentos. Item 2 - Assuntos internos. Sobre a mesa Requerimento nº 3, do Deputado Helenildo Ribeiro, que requer seja convocado o Ministro de Estado da Justiça, Dr. Paulo de Tarso Ramos Ribeiro, a fim de prestar informações pertinentes a objeto de investigação desta Comissão. Para encaminhar passo a palavra ao Deputado Helenildo Ribeiro.

O SR. DEPUTADO HELENILDO RIBEIRO – Sra. Presidente, Srs. Parlamentares, a necessidade da presença do Ministro da Justiça para prestar informações a esta Comissão é de grande importância, porque nós que estamos nos propondo a fazer esse trabalho em todo o País já tivemos o privilégio de ter aqui presente o Dr. Paulo Sérgio Pinheiro, Secretário Nacional de Direitos Humanos. No momento em que vamos iniciar um trabalho praticamente investigativo, nada melhor do que a presença do Sr. Ministro da Justiça nesta Comissão, para que, a partir das informações por ele prestadas, possamos desempenhar melhor nosso papel. Por



essa razão, mantemos o requerimento para que seja apreciado e aprovado pela Comissão.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Elcione Barbalho) – Em votação. Os Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Aprovado. Item 2 - Assuntos internos. Foi encaminhado, através do Ministério da Justiça, pelo Departamento da Polícia Federal, Superintendência Regional do Estado do Rio de Janeiro, a relação dos policiais federais que estavam de plantão no dia da morte de Antônio Gonçalves de Abreu: os agentes Gilson Ronaldo Aguiar de Vasconcelos, Yedson Augusto Nascimento Júnior, Paulo Guaracy Coelho Andrade, Cláudio Soares Fontes, Ney José de Freitas Júnior, Elmo Daher Filho, Jorge Eduardo de Almeida da Silva e André Luis Geraldo de Carvalho. E também da equipe “B”, para os dias 7 e 8, vão prestar depoimento, na cidade do Rio de Janeiro, o delegado Marcelo Duval Soares, o escrivão Francisco Carlos Dornellas, o perito Delglen Geane Bispo, a papiloscopista Glória Regina Medeiros Almeida dos Santos, os agentes Carlos Alberto da Costa Pinto, Walter Rui de Santana, Orlando Pinheiro de Almeida, Cláudio Alberto Barbosa Pontes, Júlio César Baptista Bianchi, Carlos Fagundes, Alexandre Pessoa Costa e Carlos Alexandre Cardoso de Souza. Também o delegado Luís Felipe e Egger Magalhães, o escrivão Luiz Oswaldo Vargas de Aguiar e o perito Alessandro Saboia Lima e Silva. Recebemos agora um comunicado solicitando também a presença dos companheiros de cela na hora em que o Sr. Antônio Gonçalves de Abreu estava preso, que é o Sr. Márcio de Cerqueira Gomes e Samuel Dias de Cerqueira. Acabamos de receber fax da Dra. Maria Angélica Guimarães Guerra Guedes, Juíza de Direito. Vou ler o documento: *“Em atenção ao Ofício nº 04/2, de 25/11/2002, dessa Comissão Parlamentar de*



Inquérito, informo a V.Exa. que foi autorizada a apresentação dos acusados Samuel Dias Cerqueira e Márcio de Cerqueira Gomes, a fim de prestarem depoimento na Assembléia Legislativa, no dia 28/11/2002, às 10 horas, sendo encaminhado, em anexo, cópia do ofício de requisição dos réus ao (ininteligível). Aproveito para renovar os votos de elevada estima e consideração, Maria Angélica Guerra Guedes, Juíza de Direito". Então, já estão autorizados para que possamos interrogá-los, já que o preso, que é essa pessoa que faleceu, Antônio Gonçalves de Abreu, estava na mesma cela que o Márcio e o Samuel. Temos aqui a programação das audiências públicas a serem realizadas no Estado do Rio de Janeiro para apurar o caso da morte do cozinheiro Antônio de Abreu, ocorrida após ter deixado a cela da Polícia Federal. Programação. Data: 28 de novembro de 2002, quinta-feira. Local: Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, sala 306. Pela parte da manhã, a partir das 10 horas, ouviremos as testemunhas: Dr. Paulo Henrique Teles Fagundes, advogado da família da vítima; Márcio de Cerqueira Gomes, preso que estava na cela da vítima; Samuel Dias de Cerqueira, preso que estava também na cela da vítima; Dr. Luís Felipe Egger Magalhães, delegado de plantão de 6 para 7/9/02; Dr. Luiz Oswaldo Vargas de Aguiar, escrivão, plantão também de 6 para 7/9/02; e Alessandro Saboia Lima e Silva, perito também de plantão de 6 para 7/9/02. Pela parte da tarde, oito policiais federais serão convocados e interrogados pelos Srs. Deputados que fazem parte da CPI da Tortura: Gilson Ronaldo Aguiar de Vasconcelos, Yedson Augusto Nascimento Júnior, Paulo Guaracy Coelho Andrade, Cláudio Soares Fontes, Ney José de Freitas Júnior, Elmo Daher Filho, Jorge Eduardo de Almeida da Silva e André Luís Geraldo de Carvalho. No dia 29, pela parte da manhã, a partir das 10 horas, ouviremos as testemunhas: Dr. Marcelo



Duval Soares, delegado; Francisco Carlos Dornellas, escrivão; Delglen Geane Bispo, perito; Glória Regina Medeiros Almeida dos Santos, papiloscopista; Carlos Alberto da Costa Pinto, agente; e Walter Rui de Santana, agente. Pela parte da tarde, a partir das 14 horas, serão ouvidos pelo grupo de Deputados que irá até o Rio de Janeiro: Orlando Pinheiro de Almeida; Cláudio Alberto Barbosa Pontes, Júlio César Baptista Bianchi, Carlos Fagundes, Alexandre Pessoa Costa, Carlos Alexandre Cardoso de Souza, Dr. Marcelo Zaturansky Nogueira Itagiba, Superintendente da Polícia Federal do Rio de Janeiro. Essas são as pessoas que serão ouvidas, conforme requerimento da Presidência desta CPI. A relação dos Deputados que seguirão conosco: Deputado Helenildo Ribeiro, nosso Relator, Deputados Gustavo Fruet, Chico Sardelli, José Antonio Almeida, José Roberto Batochio, Magno Malta, João Herrmann Neto, Luiz Eduardo Greenhalgh, Almir Sá, Elcione Barbalho, Lino Rossi e Candinho Mattos; e os servidores que farão parte dessa comitativa.

O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ – Sra. Presidente, peço a palavra por um minuto.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Elcione Barbalho) – Pois não, com a palavra.

O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ – Apenas para subsidiar mais os integrantes da Comissão, gostaria de uma pasta com o material, para nós fazermos uma releitura, um *check-in* desse material. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Elcione Barbalho) – Deputado, deixa eu lhe explicar. O que a gente, na verdade, está sabendo é através da imprensa. Hoje, agora pela parte da manhã, através do Secretário Nacional de Direitos Humanos, ele



nos encaminhou um documento, através do Serviço de Comunicação Social, que é um relatório feito pela Polícia Federal. Estou passando a cópia a todos os Deputados membros desta CPI, para que tomem conhecimento do conteúdo dessa matéria que nos foi encaminhada pela boa vontade do Secretário Nacional de Direitos Humanos.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Pela ordem, nobre Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Elcione Barbalho) – Pois não, Deputada. Com a palavra a Deputada Laura.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Eu queria fazer um esclarecimento a V.Exa. O Deputado Cabo Júlio vai me substituir na Comissão, em função de um pedido que ele fez à Liderança. A Liderança me consultou, e eu abri mão para o Deputado Cabo Júlio, nosso companheiro, policial. Por outro lado, Sra. Presidente, amanhã, esta Comissão deve ir ao Rio de Janeiro. Como eu ainda sou da Comissão e sou do Estado do Rio de Janeiro, fica muito difícil, as pessoas não devem entender por que eu não vou.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Elcione Barbalho) – Estará ausente.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Estarei ausente por vários motivos, mas, talvez, o principal deles é que não me sentiria, nesse caso específico, capaz de julgar, na medida em que o agente Mayer foi meu agente durante um ano. Então, a minha relação pessoal formada de uma pessoa que tomou conta de mim na CPI do Narcotráfico, durante mais de um ano, seria absolutamente parcial. Então, não me sentiria capaz de participar de uma investigação como essa, até porque eu estive no enterro, participei, sei a história de vida dele, conheci-o bem e não me



sentiria capaz disso. Então, eu queria apenas registrar para que, no futuro, ninguém venha a dizer que eu fugi da raia.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Elcione Barbalho) – Sem dúvida, Deputada, lamento. Tenho certeza de que, não desmerecendo, de forma alguma, a participação do Deputado Cabo Júlio, que também trabalhou junto conosco na CPI do Narcotráfico, eu quero lhe dizer que esta CPI vai sentir muito sua ausência, pela sua experiência, pela sua tenacidade, pela sua audácia, a forma como encaminha nossos trabalhos. Quero lhe dizer também que ninguém aqui, eu pelo menos estou me sentindo muito à vontade nessa questão,... porque não foi uma convivência. Essa pessoa deve ter estado conosco no momento da CPI do Narcotráfico. Ficou com você só. Mas lamento. O intuito maior, tenho deixado isso muito claro, é tirar essas *personas non gratas* dessa instituição, porque devemos muito à Polícia Federal, principalmente no apoio e como foi encaminhado esse trabalho durante a CPI do Narcotráfico. O grande êxito devemos, em grande parte, a essas pessoas que trabalharam conosco, se empenharam e foram importantes demais para nós chegarmos a um resultado final. (*Pausa.*) Nada mais havendo a tratar, nós damos os trabalhos por encerrados, antes convoco reunião para amanhã, às 14h 30, com a seguinte pauta: Audiência Pública para ouvir o Ministro de Estado da Justiça, Dr. Paulo Tarso Ramos Ribeiro. Está encerrada a sessão. Obrigada.